

Demonstrações Financeiras

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

31 de dezembro de 2019

com Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Financeiras

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

São Paulo, 02 de Março de 2020

Ao
Banco Central do Brasil
Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS de 31 de dezembro de 2019

Venho por meio desta, com base na Circular Bacen nº 3.964/19 e Carta Circular Bacen nº 3.981/19, encaminhar para o Banco Central do Brasil – BACEN, as Demonstrações Financeiras de CGD Investimentos CVC S.A., referentes a data base de 31 de dezembro de 2019, aprovadas em 02 de março de 2020 e publicadas nos jornais Folha de São Paulo e DOESP, em 05 de março de 2020.

As demonstrações financeiras também foram divulgadas no endereço eletrônico <https://www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Informacao-legal/Paginas/Informacao-legal.aspx>

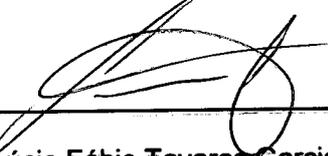
Atenciosamente,



Martin Arranz

Diretor Executivo

Martin Arranz
Diretor Executivo



Lúcio Fábio Tavares Garcia

CRC 1SP 223.923/O-4

Diretor

Relatório de Administração

Dezembro de 2019



Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. encerrou o exercício de 2019 com um resultado positivo de R\$ 2,9 milhões, fruto da redução dos custos recorrentes e da gestão eficiente do caixa, continuando a contribuir positivamente para os resultados consolidados do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. (Controlador).

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2019, foi deliberada a redução de capital social, no montante de R\$ 92 milhões, com conseqüente cancelamento de 23.291.140 ações, sendo 11.645.570 ações ordinárias e 11.645.570 ações preferenciais.

Índice de Basileia

A Corretora adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 33,71%.

Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de risco do BCG Brasil S.A., líder do conglomerado, garante o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes a atividade da Instituição. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Agradecimentos

A Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. agradece ao seu acionista Banco Caixa Geral - Brasil S.A. e a Caixa Geral de Depósitos de Portugal (Controladora do Grupo CGD no Brasil) pelo apoio recebido e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
ATIVO				PASSIVO			
Circulante		17.845	109.212	Circulante		3.575	4.567
Disponibilidades	4	270	205	Outras obrigações		3.575	4.567
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	16.269	73.717	Sociais e estatutárias	13.b	730	1.665
Aplicações em depósitos interfinanceiros		16.269	73.717	Fiscais e previdenciárias	8	867	774
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	9.305	Negociação e intermediação de valores	9	1.875	1.889
Carteira própria	6	-	9.305	Diversas	10	103	239
Outros créditos		1.262	25.915	Exigível a longo prazo		5.019	5.764
Diversos	7	1.262	25.915	Outras obrigações		5.019	5.764
Outros valores e bens		44	70	Fiscais e previdenciárias	8	4.494	4.998
Despesas antecipadas		44	70	Diversas	10	525	766
Realizável a longo prazo		12.716	12.843	Patrimônio líquido	13	21.968	111.725
Aplicações interfinanceiras de liquidez		11.698	11.069	Capital social:		12.595	104.338
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	11.698	11.069	De domiciliados no País		2.518	2.724
Outros créditos		945	1.774	Reserva Legal		6.855	4.663
Diversos	7	945	1.774	Reserva Especial de Lucro			
Outros valores e bens		73	-				
Despesas antecipadas		73	-				
Permanente		1	1				
Total do Ativo		30.562	122.056	Total do Passivo		30.562	122.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2019		2018
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		1.218	4.876	8.707
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16	1.218	4.876	8.707
Resultado bruto da intermediação financeira		1.218	4.876	8.707
Outras receitas (despesas) operacionais		(520)	(1.541)	(1.305)
Despesas de pessoal		-	(126)	(330)
Outras despesas administrativas	17	(402)	(947)	(1.193)
Despesas tributárias	18	(59)	(264)	(904)
Outras receitas operacionais	19	65	258	2.035
Outras despesas operacionais	20	(124)	(462)	(913)
Resultado operacional		698	3.335	7.402
Resultado não operacional		-	(6)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		698	3.329	7.402
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	(186)	(356)	(741)
Provisão para imposto de renda		(112)	(529)	(401)
Provisão para contribuição social		(74)	(331)	(340)
Reversão de passivo fiscal diferido		-	504	-
Lucro líquido dos exercícios / semestre		512	2.973	6.661
Quantidade de ações do capital social - lote de mil	13.a	4.686	4.686	27.977
Lucro por lote de mil ações - em R\$		109,264	634,46	238,088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital - Capital a Realizar	Redução de Capital	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	104.338	-	-	2.391	33.478	-	140.207
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	6.661	6.661
Constituição de reservas (nota nº 13.c)	-	-	-	333	4.663	(4.996)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(33.478)	-	(33.478)
Dividendos (nota nº 13.b)	-	-	-	-	-	(1.665)	(1.665)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	104.338	-	-	2.724	4.663	-	111.725
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	104.338	-	-	2.724	4.663	-	111.725
Aumento de capital (nota nº 13.a)	257	-	-	(257)	-	-	-
Redução de capital (nota nº 13.a)	(92.000)	-	-	-	-	-	(92.000)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	2.973	2.973
Constituição de reservas (Nota explicativa 13.c)	-	-	-	51	2.192	(2.243)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 13.b)	-	-	-	-	-	(730)	(730)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	12.595	-	-	2.518	6.855	-	21.968
Saldos em 30 de junho de 2019	104.338	257	(92.000)	2.518	7.073	-	22.186
Aumento de capital (nota nº 13.a)	257	(257)	-	-	-	-	-
Redução de capital (nota nº 13.a)	(92.000)	-	92.000	-	-	-	-
Lucro do semestre	-	-	-	-	-	512	512
Constituição de reservas (nota nº 13.c)	-	-	-	-	(218)	218	-
Dividendos propostos (Nota explicativa nº 13.b)	-	-	-	-	-	(730)	(730)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	12.595	-	-	2.518	6.855	-	21.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019		2018
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido dos exercícios/semestre		512	2.973	6.661
Ajustes ao lucro:				
Depreciação e amortização	17	-	-	77
Reversão de passivo fiscal diferido	12	-	(504)	-
Provisões para riscos	11.b	(9)	235	(1.001)
Total dos ajustes		(9)	(269)	(924)
Lucro líquido ajustado		503	2.704	5.737
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(293)	58.346	(70.044)
Redução em títulos e valores mobiliários		35.392	34.335	7.045
(Aumento)/Redução em outros créditos		(34)	452	13.852
(Aumento) em outros valores e bens		(99)	(47)	(70)
(Aumento)/Redução em outras obrigações		177	(533)	(44.822)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		35.143	92.553	(94.039)
Redução de capital	13.a	(92.000)	(92.000)	-
Dividendos pagos	13.b	-	(1.665)	(45.434)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(92.000)	(93.665)	(45.434)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(56.354)	1.592	(133.736)
No início dos exercícios/semestre		72.893	14.947	148.683
No fim dos exercícios/semestre	4	16.539	16.539	14.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”) pertencente ao Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) desde 2012, iniciou suas atividades no mercado financeiro brasileiro em 01 de setembro de 2005.

No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

Em novembro de 2018, o Banco Caixa Geral Brasil S.A. adquiriu do Caixa BI a participação de 50% que ele possuía na CGD Investimentos e, portanto, a partir deste momento, o Banco passou a ser o único acionista da Corretora.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e são elaboradas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; e
- Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 02 de março de 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis:

a) **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados.

b) **Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez e demais operações ativas e passivas**

As operações com cláusula de atualização monetária ou cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d) **Títulos e valores mobiliários**

São classificados na carteira de “negociação”, avaliados a valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício.

Os títulos classificados na categoria de “títulos para negociação” são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento.

e) **Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo**

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os rendimentos, encargos, e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

Os ativos realizáveis e os Passivos exigíveis dentro de 12 meses são classificados, respectivamente, no ativo e passivo circulante. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como títulos para negociação são classificados no Curto Prazo, independentemente de seu vencimento.

f) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso;
- **Provisões para riscos** - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota, e;
- **Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% (20% até 2018, com base na Lei nº 13.169 de 2015) do lucro antes dos impostos.

h) Uso de estimativas

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	270	205
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>16.269</u>	<u>14.742</u>
Total	<u>16.539</u>	<u>14.947</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019			2018			
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Total</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	16.269	11.698	27.967	14.742	58.975	11.069	84.786
Total	<u>16.269</u>	<u>11.698</u>	<u>27.967</u>	<u>14.742</u>	<u>58.975</u>	<u>11.069</u>	<u>84.786</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as aplicações em depósitos interfinanceiros de liquidez de longo prazo, referem-se a recursos financeiros garantidos em “escrow account”, devido a venda da participação que a Corretora possuía na Ricco DTVM S.A.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição e abertura de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento

	2019		2018	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
De 3 a 5 anos	-	-	9.298	9.305
Total de títulos para negociação	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.298</u>	<u>9.305</u>
Circulante	-	-	9.298	9.305
Total de títulos e valores mobiliários	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.298</u>	<u>9.305</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Corretora não fez reclassificações entre as categorias “negociação”, “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”. Os títulos classificados na categoria “negociação” estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento.

Em 2018, os títulos e valores mobiliários encontravam-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado através dos preços de referência de mercado divulgados pela ANBIMA.

7. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos e contribuições a compensar	1.265	1.758
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 11.a)(*)	942	25.931
Total	<u>2.207</u>	<u>27.689</u>
Circulante	1.262	25.915
Realizável a longo prazo	945	1.774

(*) Em 2018, referiam-se, principalmente, ao IR/CSLL desmutualização da Bolsa no montante de R\$ 25.030 e à discussão no tocante ao PIS/COFINS(lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 2.831. Em 22 de fevereiro de 2019, os títulos públicos dados em garantia dos processos de IR/CSLL e PIS/COFINS foram desbloqueados pela Justiça Federal do Brasil.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	860	741
Impostos e contribuições a recolher	7	33
Impostos diferidos (nota 12c)	4.494	4.998
Total	<u>5.361</u>	<u>5.772</u>
Circulante	867	774
Exigível a longo prazo	4.494	4.998

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Credores - Conta Liquidações Pendentes	1.875	1.889
Total	<u>1.875</u>	<u>1.889</u>

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para riscos trabalhistas (*)	525	766
Provisão para despesas de pessoal	-	45
Fornecedores a pagar	23	4
Publicação e consultores jurídicos	80	183
Outras	-	7
Total	<u>628</u>	<u>1.005</u>
Circulante	103	239
Exigível a longo prazo	525	766

(*) Refere-se as ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como “provável” a perda (nota 11a).

11. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Provisões para riscos fiscais: (a)	-	-	-	25.030
Provisões para riscos cíveis: (b)	-	115	-	109
Provisões para riscos trabalhistas: (c)	525	827	766	792
Total	<u>525</u>	<u>942</u>	<u>766</u>	<u>25.931</u>

(a) Referiam-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS (Lei nº 9.718/98), anos calendários de 2008 a 2012, onde questionava a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo, e ao IR/CSLL Desmutualização da Bolsa.

- (b) Em 31 de dezembro de 2019, a Corretora possuía 6 processos de natureza cível (9 em 2018), no montante total de R\$201 (R\$617 em 2018), classificados pelos nossos assessores jurídicos como perda possível.
- (c) Em 31 de dezembro de 2019, a Corretora possui 2 processos de natureza trabalhista (3 em 2018), sendo 1 classificado como provável pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$525 (2 em 2018, no montante de R\$ 766), e 1 classificado como possível pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$54 (1 em 2018, no montante de R\$ 48).

A Corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 45.564, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

b) Movimentação das provisões para riscos:

	<u>Trabalhistas</u>
Saldo em 31/12/2017	5.933
Constituição (nota nº 20)	548
Reversão (nota nº 19)	(1.879)
Pagamento processo trabalhista	<u>(3.836)</u>
Saldo em 31/12/2018	<u>766</u>

	<u>Trabalhistas</u>
Saldo em 31/12/2018	766
Constituição (nota nº 20)	286
Reversão (nota nº 19)	(51)
Pagamento processo trabalhista (*)	<u>(476)</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>525</u>

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Corretora encerrou 1 processo trabalhista, através de acordo, no montante de R\$ 476.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	3.329	7.402
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (25% e 20% em 2018).	(1.308)	(3.307)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	(21)	(77)
Outras despesas indedutíveis / outras receitas não tributáveis	(21)	(77)
Efeito das adições e (exclusões) temporárias na apuração do imposto:	91	2.317
MTM de TVM	(10)	(4)
Reversão de provisões para contingências trabalhistas	96	2.325
Outros	5	(4)
Prejuízo fiscal e base negativa utilizada (30% do lucro)	378	326
Reversão de passivo fiscal diferido	504	-
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício	<u>(356)</u>	<u>(741)</u>

b) Composição do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02.

	2019	2018
Prejuízo fiscal e base negativa	15.129	17.447
Outras provisões temporárias	504	671
Total de créditos tributários não contabilizados	<u>15.633</u>	<u>18.118</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	2019	2018
Pis a recolher - "Escrow Account"	(65)	(65)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(403)	(403)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(1.509)	(2.013)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(2.517)	(2.517)
Total de obrigações diferidas	<u>(4.494)</u>	<u>(4.998)</u>

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	(Constituição) / realização	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Pis a recolher - "Escrow Account"	(65)	-	(65)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(403)	-	(403)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(2.013)	504	(1.509)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(2.517)	-	(2.517)
Total	<u>(4.998)</u>	<u>504</u>	<u>(4.494)</u>

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	(Constituição) / realização	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Pis a recolher - "Escrow Account"	(65)	-	(65)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(403)	-	(403)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(2.013)	-	(2.013)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(2.517)	-	(2.517)
Total	<u>(4.998)</u>	<u>-</u>	<u>(4.998)</u>

e) Expectativa de realização e valor presente das obrigações diferidas

Para o cálculo do valor presente, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente das obrigações diferidas totalizavam R\$ 4.250 (R\$ 4.621 em 2018)

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Total
Obrigações diferidas	1.124	1.112	1.129	1.129	4.494

As obrigações diferidas serão realizados em conformidade com os prazos definidos no contrato de "Escrow Account" para a liberação dos recursos que estão bloqueados.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 4.685.908 ações, sem valor nominal sendo 2.342.954 ações ordinárias e 2.342.954 ações preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 22 de maio de 2019, foi deliberada a redução de capital social, no montante de R\$ 92.000, com consequente cancelamento de 23.291.140, sendo 11.645.570 ações ordinárias e 11.645.570 ações

preferenciais, e o aumento de capital social, no montante de R\$ 257, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva legal, com observância do limite de 20% do capital social.

A redução e o aumento de capital foram homologados pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 23 de julho de 2019.

b) Destinações do lucro líquido

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária. Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2019, foi deliberado o pagamento de dividendos, no montante total de R\$ 1.665, referente ao exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2019, foi proposto o pagamento de dividendos, no montante de R\$ 730 (R\$ 1.665 em 2018).

c) Reservas de lucro

A reserva de lucros é constituída em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 3.605/08. Conforme estatuto social, foram constituídas reserva legal de R\$ 51 (R\$333 em 2018) e reserva de lucros de R\$ 2.192 (R\$4.663 em 2018).

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

	<u>Grau de relação</u>	2019		2018	
		<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
Disponibilidades					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	177	-	177	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	16.269	2.966	73.717	5.937
Outras obrigações - sociais e estatutárias					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	(730)	-	(1.665)	-

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS - ACORDO DA BASILÉIA

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.193/13, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basileia da CGD Investimentos Corretora

de Valores e Cambio S.A, apresentado pelo Conglomerado da CGD, em 31 de dezembro de 2019, é de 33,71% (43,86% em 2018).

16. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.029	3.613	6.450
Resultado com títulos de renda fixa	206	1.290	2.268
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	(17)	(27)	(11)
Total	1.218	4.876	8.707

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
Comunicação	(13)	(28)	(27)
Processamento de dados	(120)	(335)	(448)
Serviços do sistema financeiro	(137)	(213)	(236)
Serviços técnicos especializados	(54)	(165)	(216)
Serviço de terceiros	(33)	(39)	(7)
Depreciação e amortização	-	-	(77)
Publicações	-	(25)	(76)
Seguros	(32)	(85)	(66)
Outras	(13)	(57)	(40)
Total	(402)	(947)	(1.193)

18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
COFINS	(50)	(203)	(354)
PIS	(8)	(33)	(58)
Atualização monetária	-	-	(321)
Outras	(1)	(28)	(171)
Total	(59)	(264)	(904)

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019		2018
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Atualização de depósitos judiciais	13	84	-
Encerramento de contas	-	107	-
Reversão de provisões trabalhistas	51	51	1.879
Outros	<u>1</u>	<u>16</u>	<u>156</u>
Total	<u>65</u>	<u>258</u>	<u>2.035</u>

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019		2018
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	(42)	(286)	(548)
Perdas processos trabalhistas	-	-	(330)
Perdas fornecedores	(82)	(82)	-
Outras despesas	<u>-</u>	<u>(94)</u>	<u>(35)</u>
Total	<u>(124)</u>	<u>(462)</u>	<u>(913)</u>